Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 63, de 03 de abril de 2023.
 Art. 2º Considerar dissolvida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada por meio da Portaria nº 12, de 25 de Janeiro de 2023, publicada no DODF nº 21, de 30 de Janeiro de 2023, pg. 51, pelas razões invocadas pelo Presidente da Comissão no Despacho SECEC/GAB/CPSA-PAD (109257497).
 Art. 3º Designar nova Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, cujos trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, instituída por meio da Portaria nº 93, de 18 de junho de 2021, publicada no DODF nº 115, de 22 de junho de 2021, pg. 46, alterada pela Portaria nº 140, de 19 de agosto de 2021, publicada no DODF nº 160, de 24 de agosto de 2021, pg. 53.
 Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar dissolvida por este instrumento.
 Art. 4º Conceder prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.
 Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 76, DE 18 DE ABRIL DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio da Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 163, de 28 de agosto de 2019, pgs. 31/32, republicada no DODF nº 165, de 30 de agosto de 2019, pg. 13, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a fim de dar continuidade à análise e conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída por meio da Portaria nº 34, de 15 de Fevereiro de 2023, publicada no DODF nº 35, de 17 de fevereiro de 2023, pg. 20, para apurar os fatos constantes do Processo nº 00150-00006802/2022-14.
 Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JUNIOR

PORTARIA Nº 77, DE 18 DE ABRIL DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio da Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 163, de 28 de agosto de 2019, pgs. 31/32, republicada no DODF nº 165, de 30 de agosto de 2019, pg. 13, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a fim de dar continuidade à análise e conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída por meio da Portaria nº 31, de 14 de Fevereiro de 2023, publicada no DODF nº 34, de 16 de fevereiro de 2023, pg. 19, para apurar os fatos constantes do processo nº 00150-00007229/2022-66.
 Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de abril de 2023.

CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JUNIOR

PORTARIA Nº 78, DE 18 DE ABRIL DE 2023

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são delegadas por meio da Portaria nº 332, de 26 de agosto de 2019, publicada no DODF nº 163, de 28 de agosto de 2019, pgs. 31/32, republicada no DODF nº 165, de 30 de agosto de 2019, pg. 13, resolve:

AUTORIZAR, de acordo com o disposto na Lei nº 4.584, de 8 de julho de 2011, art. 7º, e o disposto no Decreto nº 39.573, de 26 de dezembro de 2018, concessão de passagens aéreas no trecho Brasília/DF – São Paulo/SP, em favor da colaboradora eventual, a violinista Hina Maeda, convidada a participar do Concerto da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, dentro de sua programação regular na temporada 2023, a ser realizado no dia 09 de Maio de 2023, no Eixo Cultural Ibero-americano, Sala Plínio Marcos, às 20:00. Processo nº 00150-00001753/2023-12.

CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JUNIOR

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 27, DE 17 DE ABRIL DE 2023

A SUBSECRETÁRIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 49, III, da Portaria nº 227, de 11 de julho de 2022, bem como com base no Princípio da Publicidade disposto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

ANULAR a LICENÇA PARA OBRA DE PROJETO SEM ALTERAÇÃO DE ÁREA nº 182/2022, emitida em 29 de novembro de 2022, para o SHCN CL QUADRA 309 BLOCO B - LOJAS TÉRREO 42 e 48 - BRASÍLIA/DF, tendo por proprietário EXCLUSIVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e locatário ANDES FOOD RESTAURANTE LTDA, autor do projeto KATIANNE MARRY FERREIRA BARBOSA, processo nº 00390-00010306/2022-23 expedido por esta Central de Aprovação de Projetos, em virtude de monitoramento realizado com base nos arts. 104 a 107 do Decreto 43.056/2022.

MARIANA ALVES DE PAULA

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 89ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e três do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Octogésima Nona Reunião Extraordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), pelo Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), contando com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Verificação do quórum. 3. Informes do Presidente. 3.1. Posse dos novos conselheiros. 3.2. Definição dos membros titulares e suplentes do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB. 4. Apreciação e aprovação da Ata da 203ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02/03/2023. 5. Processos para apreciação. 5.1. Processo: 0111-002055/2010. Interessado: TERRACAP. Assunto: Aprovação de Projeto de Urbanismo de Região Administrativa do SCIA e Estrutural – RA XXV. Relatora: Janaína de Oliveira Chagas – SODF. 5.2. Processo: 00138-00002334/2019-62. Interessado: Rede Urbana de Ações Locais – RUAS. Assunto: Criação de lotes para regularização de duas edificações localizadas no Setor M Norte, EQNM 18/20, junto aos Blocos B e C, lindeiros à Praça do Cidadão, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. Relatora: Maria do Carmo de Lima Bezerra – FAU/UNB. 5.3. Processo: 0111-002042/2004. Interessado: Universidade de Brasília – UNB. Assunto: Criação de lote destinado ao Complexo de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na Rodovia DF – 480, sentido Gama/Brasília, onde está implantado o Campus da Universidade de Brasília – UnB, na Região Administrativa do Gama – RA II. Relator: Wilde Cardoso Gontijo Júnior – Rodas da Paz. 6. Processos para distribuição. 6.1. Processo: 00390-00006439/2021-14. Interessado: Câmara dos Deputados. Assunto: Projeto de obra de modificação com acréscimo de área, para o edifício (Anexo III – Câmara dos Deputados) localizado na Praça dos Três Poderes, Área G. 7. Assuntos Gerais. 8. Encerramento. Dando início a reunião, passou-se ao item 1. Abertura dos trabalhos. O Ex-secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Senhor Mateus Leandro de Oliveira, iniciou a reunião cumprimentando a todos e informou que aquele era o seu último ato como Secretário de Estado. Em seguida, passou-se ao item 2. Verificação do quórum. Verificou-se como suficiente. Avançando ao item 3. Informes do Presidente. O Senhor Mateus Leandro de Oliveira informou que, naquela reunião, encerrava um ciclo de mais de quatro anos à frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). Emocionado, realizou um breve discurso a respeito da sua trajetória à frente da Secretaria de Estado e sobre a dedicação desempenhada ao longo da gestão exercida. Realizou um agradecimento especial a cada conselheiro e conselheira pela convivência, avanços e contribuições, bem como às entidades-membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) pelo apoio e críticas, que sempre foram muito bem-vindas e respeitadas. Despediu-se desse ciclo e espera vivenciar outros momentos bons pela frente, reencontrando, em breve, os membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), seja lutando em prol da cidade ou em aliança com o Governo para o atendimento das demandas de Brasília (DF). Como ato simbólico passou o botom e a condução dos trabalhos ao novo Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, que realizou uma breve fala abordando ser uma tarefa difícil representar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) após o trabalho hercúleo e marcante realizado pelo Senhor Mateus Leandro de Oliveira. Quebrando o protocolo, abriu a palavra aos conselheiros e conselheiras para que realizassem as suas respectivas despedidas e votos de sucesso ao Ex-Secretário de Estado. Após as homenagens, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira pediu licença para se retirar da reunião. Dessa forma, avançou-se ao item 3.1. Posse dos novos conselheiros. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva iniciou a solenidade de posse dos novos membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), anunciando os nomes, a saber: (i) RÔNEY TANIOS NEMER, na função de membro titular, como representante do Instituto do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM). (ii) IVONEIDE SOUZA MACHADO COSTA, na função de membro suplente, como representante da Secretaria de Estado de Relações Institucionais do Distrito Federal (SERINS). (iii) LEONARDO SERRA ROSSIGNEUX VIEIRA, na função de membro suplente, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF). (iv) MARCOS THADEU QUEIROZ MAGALHÃES, na função de membro suplente, como representante da Fundação Universidade de Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB), que não estava presente na reunião, assinando, portanto, o termo de posse em momento oportuno. Logo em seguida, foi aberta a palavra aos novos conselheiros para realizarem uma saudação inicial. Feitas as saudações, passou-se ao item 3.2. Definição dos membros titulares e suplentes do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB. Na última reunião, ficaram definidas quais entidades seriam membros do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB), restando apenas a designação dos nomes dos representantes das entidades membros. Dessa forma, o Secretário de Estado, Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, iniciou a leitura dos nomes dos representantes indicados para comporem o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB), a saber: (i) DANIEL BITTENCOURT ALVES DE LIMA, representante da União dos Condomínios Horizontais e Associação de Moradores no Distrito Federal (ÚNICA/DF), na função de

membro titular; e RUTH STÉFANE COSTA LEITE, representante da Associação Pro Moradia dos Trabalhadores dos Correios (HABITECT), na função de membro suplente. (ii) PEDRO DE ALMEIDA GRILO, representante do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF), na função de membro titular; e GUILHERME AMANCIO LOULY CAMPOS, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (CREA/DF), na função de membro suplente. (iii) HENRIQUE SOARES RABELO ADRIANO, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), na função de membro titular; e ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), na função de membro suplente. Dessa forma, avançou-se ao item 4. Apreciação e aprovação da Ata da 203ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02/03/2023. Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Dando sequência, avançou-se ao item 5. Processos para apreciação. O Secretário de Estado, Marcelo Vaz de Meira Silva, destacou que a Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, solicitou a alteração da pauta com relação ao item 5.2. Processo: 00138-00002334/2019-62. Interessado: Rede Urbana de Ações Culturais – RUAS. Assunto: Criação de lotes para regularização de duas edificações localizadas no Setor M Norte, EQNM 18/20, junto aos Blocos B e C, lindeiros à Praça do Cidadão, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, para apresentá-lo primeiro. Não havendo manifestações em sentido contrário, passou-se à apreciação do subitem 5.2. Interessado: Rede Urbana de Ações Culturais – RUAS. Assunto: Criação de lotes para regularização de duas edificações localizadas no Setor M Norte, EQNM 18/20, junto aos Blocos B e C, lindeiros à Praça do Cidadão, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. Relatora: Maria do Carmo de Lima Bezerra – FAU/UnB. Iniciando a apresentação, a Senhora Adrielle Cavalcante da Silva, Arquiteta e Urbanista, explicou que o projeto tratava da criação de lotes para regularização de duas edificações localizadas em área pública, no Setor M Norte, EQNM 18/20, junto aos Blocos B, C e da Praça do Cidadão, na Região Administrativa de Ceilândia (RA IX). Informou que as edificações estavam sendo utilizadas para o Programa Jovem de Expressão, representado pela Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS), associação sem fins lucrativos, que solicitou a regularização dos dois espaços cedidos pela Administração Regional, segundo informou a Associação. Indicou que a área do projeto estava inserida na planta registrada em cartório PR 177/1, aprovada em 1971. Apontou que o Relatório de Vistoria, feito em 2019 pela Gerência de Administração Geral de Ceilândia, informou que a instituição funcionava no local há mais de sete anos. Identificou que as duas edificações não possuíam endereçamento, estando em área pública. Nesse caso, para fins de regularização das ocupações, destacou que o processo foi encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) para a realização dos procedimentos para a criação dos lotes, a fim de que os imóveis fossem incorporados ao patrimônio do Governo do Distrito Federal (GDF). A respeito das condicionantes urbanísticas, notou que a área do projeto encontrava-se na Zona Urbana de Uso Controlado II, conforme preceitua o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), revisado pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Com relação à demanda, notificou a todos de que foi objeto de análise pela SUDEC/DIOEST e que não foram apontados óbices para a criação dos lotes e ressaltou que deveria ser mantida a destinação das áreas como uso Institucional Equipamento Público, conforme definições elencadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), para “UOS INST EP”, onde são desenvolvidas atividades inerentes às políticas públicas setoriais, constituindo lote de propriedade do Poder Público que abrigue, de forma simultânea ou não, equipamentos urbanos ou comunitários. Dessa forma, ressaltou que, no dia 22/06/2022, foi realizada uma Audiência Pública virtual sobre os projetos em desenvolvimento pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) prevista para a Região Administrativa de Ceilândia, em que a proposta foi apresentada à comunidade, com o resultado plenamente favorável, conforme Ata publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 127, de 08 de julho de 2022. Assim, a desafetação da área pública para criação dos lotes será objeto de Projeto de Lei Complementar, a ser encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), com a finalidade de autorizar a regularização, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal. No que pese ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE), alegou que a área encontra-se na Zona Ecológico-Econômica de Diversificação Produtiva e Serviços Ecolossistêmicos (ZEEDPSE), na Subzona de Diversificação Produtiva e de Serviços Ecolossistêmicos (SZSE). Argumentou que os lotes que estavam sendo criados se localizam em área urbana consolidada, servida de infraestrutura, possuindo pavimentação nas vias, bem como a rede de água e esgoto, drenagem pluvial, instalação de energia elétrica e iluminação pública e que o projeto se enquadrava na Dispensa de Licenciamento Ambiental, prevista no item 14 do Anexo Único da Resolução CONAM nº 10, de 20/12/2017, que dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos ou atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental, no âmbito do Distrito Federal. Em relação à previsão de Áreas de Preservação Permanentes (APPs), esclareceu que não existia qualquer categoria presente e que, devido ao porte dos equipamentos, localização e características do entorno, a proposição não tinha impacto relacionado ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE). Arrazou que foram realizadas consultas às concessionárias de serviços públicos quanto às interferências com redes, faixas de servidão e custos de remanejamento, obtendo-se as seguintes respostas: (i) CAESB: informou que não constavam interferências com redes implantadas e que, conforme as Plantas Cadastro de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário existiam redes implantadas apenas nas imediações, sendo necessárias medidas de proteção, no caso de obras próximas, para evitar possíveis danos. (ii) CEB: informou que não constavam interferências com a rede elétrica existente dentro

do polígono que envolve a área, advertindo sobre a necessidade de cuidados especiais na construção ou encavamento em locais próximos de redes elétricas. (iii) NOVACAP: informou que não havia interferências com redes públicas de águas pluviais implantadas ou projetadas na poligonal de estudo. (iv) REDE DE TELECOMUNICAÇÕES: não foi identificado nenhum processo administrativo em fase de aprovação, ou que já tenha sido emitida Licença Distrital de Implantação para a área de projeto. (v) SLU: de acordo com a Lei nº 11.445/2007, cabe ao Governo realizar a coleta domiciliar e manejo dos resíduos em todo o Distrito Federal, o que inclui as novas áreas urbanizadas. Sobre a proposta de endereçamento, abordou que o projeto foi elaborado com base no levantamento planimétrico semi-cadastral realizado pela DICAT/COSIT/SEDUH, sendo considerado o formato e as dimensões das ocupações consolidadas para definição dos limites dos lotes e que a área total do projeto é de 314,14m², o que corresponde aos dois lotes criados, cada um com 157,07m². Assim, o endereçamento adotado segue a hierarquia SETOR/QUADRA/BLOCO, sendo o seguinte: Setor M Norte, EQNM 18/20 Bloco C, Lote 6 e Bloco B, Lote 6. Asseverou que o projeto se limitava à criação dos lotes para a regularização, não alterando, dessa forma, o sistema viário implantado. Sendo recomendada, sobretudo, a observação dos princípios da acessibilidade no acesso aos lotes e entorno, garantindo a todos a circulação livre de quaisquer obstáculos. Dessa forma, os lotes criados não incidirão sobre a área da Praça do Cidadão, bem como não impedirão o acesso e a permeabilidade com o entorno, e que o tratamento das divisas dos lotes deverão procurar manter a interação entre o espaço privado e público, por meio da permeabilidade visual, com vistas a contribuir com a segurança dos transeuntes e usuários da instituição. Finalizada a apresentação, a Conselheira relatora Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, passou ao relato destacando que a única pendência, com relação ao processo, era a desafetação da área pública para a criação dos lotes. Na sequência, fez a leitura de seu voto, sendo favorável à criação de lotes para regularização de duas edificações localizadas no Setor M Norte, EQNM 18/20, junto aos Blocos B e C, lindeiros à Praça do Cidadão, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. Foi aberta a palavra aos conselheiros para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Solisângela Rocha dos Montes, SECEC, realizou um breve apanhado histórico a respeito dos lotes sob análise. Explicou que aqueles lotes que estavam sendo utilizados pelo Programa Jovem de Expressão, da Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS) era um dos poucos que estavam sendo utilizados na região. Chamou a atenção para que todos percebessem a necessidade da desafetação daquela área para se galgar um grande passo para a convivência entre a Sociedade Civil e o Poder Público e, por fim, parabenizou a relatoria do processo. Não havendo mais inscritos, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva ingressou em regime de votação para deliberar sobre o processo em epígrafe. Encerrada a votação, o Secretário de Estado, Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, proclamou o resultado da aprovação do Processo nº: 00138-00002334/2019-62, que trata da criação de lotes para regularização de duas edificações localizadas no Setor M Norte, EQNM 18/20, junto aos Blocos B e C, lindeiros à Praça do Cidadão, Região Administrativa de Ceilândia (RA IX), por 32 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, na forma do relato e voto da conselheira relatora. Prosseguindo ao subitem 5.1. Processo: 0111-002055/2010. Interessado: TERRACAP. Assunto: Aprovação de Projeto de Urbanismo de Região Administrativa do SCIA e Estrutural – RA XXV. Relatora: Janaina de Oliveira Chagas – SODF. A Senhora Natália Oliveira de Freitas, Arquiteta e Urbanista, iniciou a apresentação abordando que se tratava da criação de um novo projeto de parcelamento do solo na Região Administrativa do SCIA e Estrutural (RA XXV). Informou que o projeto tem como objetivo o desenvolvimento comercial e econômico através da oferta de lotes mistos, com uso obrigatório de comércio, prestação de serviços e pequenas indústrias em seu pavimento térreo e com possibilidade de residência nos pavimentos superiores, além da criação de lote para o Instituto Federal de Brasília (IFB), instalado em área cedida pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e que a poligonal do parcelamento possuía 10,38 hectares. Em relação à situação fundiária, esclareceu que o imóvel foi incorporado ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), estando registrado perante o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal (DF). Arrazou que nas consultas à concessionárias de serviço público obteve-se as seguintes informações: (i) NOVACAP: informou que não existiam interferências na poligonal do projeto e nem nas proximidades e que, por se tratar de um novo empreendimento, não havia capacidade para o atendimento. Como critério de solução foi indicado que será contratado um projeto de drenagem seguindo o Termo de Referência da NOVACAP e a Resolução nº 09 da ADASA. (ii) SEMOB: informou não existir no projeto uma infraestrutura cicloviária, mas apenas traçados preliminares, sem a previsão de implantação ou de elaboração do projeto. (iii) SLU: informou que não haveria impacto significativo quanto à capacidade de realização dos serviços, pois já realizava a coleta comum dos resíduos domiciliares e comerciais nas proximidades. (iv) DER: informou existir interferências do novo traçado da rodovia DF-010 no projeto de parcelamento do solo. Como solução, propôs que a interferência com a alteração de traçado da rodovia fosse analisada no âmbito do projeto, razão pela qual foi apresentada alternativa para o DER-DF, que anuiu com a proposta e com o projeto urbanístico em desenvolvimento. (v) CEB: informou que havia iluminação pública instalada nas mediações da poligonal e que esta não interferiria com os lotes previstos no projeto, e que não haverá necessidade de remanejamentos. (vi) NEOENERGIA: informou o seguinte: “Existem Linhas de Distribuição Aérea (LD) de 138 kV nas proximidades da poligonal [devido ser adotadas] as faixas horizontais de segurança [...] de 8 metros para cada lado do eixo da LD...”. “Consta interferência com rede aérea primária e secundária nas proximidades do transformador FX5437”. A solução apresentada foi pela manutenção das redes existentes e a adaptação do desenho urbano, de forma a não exigir remanejamentos. Ademais, apontou sobre a viabilidade técnica para o fornecimento de energia elétrica para

empreendimento, mas o empreendedor deverá submeter o projeto elétrico para aprovação da distribuidora. (vii) CAESB: informou existir interferência com as redes de abastecimento de água e com as redes de esgotamento sanitário. Como solução, apontou que a interferência, apesar de existente, está locada na área destinada às calçadas no projeto, de modo que a rede já atendia ao Instituto Federal de Brasília (IFB). Portanto, não haverá necessidade de alteração da mesma. Sobre a capacidade de atendimento, informou que somente o Instituto Federal de Brasília (IFB) é atendido. Quanto ao Sistema de Abastecimento de Água (SAA) – Sistema Produtor Torto/Santa Maria, alegou que existiam redes de água nas proximidades do empreendimento, porém não apresentavam a capacidade de absorver novas demandas. Assim, o atendimento com o abastecimento de água só será possível após o reforço de todo o sistema da região. No que tange ao Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) – ETE Brasília Sul, havia viabilidade de atendimento do empreendimento por meio da interligação ao sistema da Caesb. No que se refere às condicionantes ambientais, noticiou que a poligonal estava inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, criada pelo Decreto Federal datado no dia 10 de abril de 2009, e também na Zona de Proteção do Parque Nacional (PARNA) de Brasília e da Reserva Biológica (REBIO) da Contagem (ZPPR) e que a parte estava inserida na Zona Urbana (ZU) da APA do Planalto Central, cujo objetivo da zona de manejo é contribuir com a promoção do uso sustentável da cidade, com a melhoria da qualidade ambiental urbana. Mencionou que a área estava inserida na Subzona Ecológico-Econômica de Dinamização Produtiva com Equidade 3 (SZPDE3) e que havia o risco médio ecológico de perda da área de recarga de aquífero. Contudo, a respeito da contaminação do aquífero, o parcelamento está inserido na região de alto risco, onde se observam regiões com baixa declividade e densidade de drenagem favorecendo a infiltração pluvial, portanto não é recomendado inserir usos com alto potencial poluidor. Destacou que o parcelamento estava inserido na região de ausência de cerrado nativo, o que corresponde às áreas em maior grau de antropização e que havia o baixo risco correspondente à perda de solo por erosão. Narrou que a maior parte da poligonal estava inserida na Zona Urbana de Uso Controlado II e a outra porção estava em Zona Urbana Consolidada e que a poligonal do projeto se encontrava nas zonas de baixa densidade entre 15 a 50 hab/ha e de média densidade entre 50 a 150 hab/ha. Elencou os parâmetros da DIUPE 23/2020, de 06 de julho de 2020, e demonstrou o projeto urbanístico, que prevê a criação de 93 unidades imobiliárias e a criação de Espaços Livres de Uso Público (ELUP), que perfaziam uma área de 24.947,09m² destinados a implantação de equipamentos de lazer e áreas verdes. Demonstrou as tabelas referentes à densidade habitacional, ao quadro síntese do parcelamento, às imagens do sistema viário e às perspectivas com a implementação do projeto. Por último, noticiou que por meio do Processo SEI-GDF 00391-00013832/2017-50, foi elaborado o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), submetido à audiência pública em 06/09/2022, obtendo-se, assim a Licença Prévia (LP) SEI-GDF nº 322/2022-IBRAM/PRESI, que aprovou a concepção e localização do empreendimento. Ressaltou que não será permitida a implantação de prédios espelhados e de novas edificações maiores do que quatro andares na Zona de Proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem (ZPPR) da APA do Planalto Central e que para a emissão da Licença de Instalação, foram solicitados os Programas de Educação Ambiental, o cronograma físico de implantação, o projeto básico e o memorial de obras das infraestruturas do empreendimento, o inventário florestal e a planilha de compensação ambiental. Finalizada a apresentação, a Conselheira relatora Janaína de Oliveira Chagas, SODF, imediatamente efetuou a leitura de seu voto, sendo favorável à aprovação do parcelamento do solo urbano da Expansão da Quadra 16 do SCIA. Logo em seguida, foi aberta a palavra para manifestações e considerações dos conselheiros. O Conselheiro Henrique do Vale Andrade, FECOMÉRCIO/DF, solicitou esclarecimentos quanto à ligação entre a nova área e a Cidade do Automóvel. Em resposta, a Senhora Natália Oliveira de Freitas, explicou que houve uma limitação, em função do lote pertencente ao Instituto Federal de Brasília (IFB) que estava implantado, e demonstrou na imagem projetada que seria o novo acesso à Cidade do Automóvel. O Conselheiro Dionyzio Antônio Martins Klavdianos, SINDUSCON/DF, teve alguns comentários a respeito das moradias na região. Alegou que, apesar do estímulo para que a área se tornasse mais residencial, o setor era utilizado meramente para depósito de empresas. Opinou que o setor não tinha muita “vida” em relação às empresas que estavam instaladas na Cidade do Automóvel e que seria muito importante a construção de outra rodovia. Julgou ter sido uma “boa ideia” o planejamento para aquele local e que considera o local relativamente seguro, mas que era muito “sem graça”. Outra questão mencionada foi a respeito da ciclovia. Argumentou que os moradores da Estrutural frequentavam muito o Instituto Federal de Brasília (IFB) de bicicleta e que não havia uma ciclovia para o trânsito de bicicletas, fazendo-os com que dividissem as pistas com os automóveis, devendo a questão ser observada. A relatora do processo, Conselheira Janaína de Oliveira Chagas, SODF, alegou que, embora haja a previsão da implementação de moradias, o setor possui uma vocação comercial e com a proximidade com o Instituto Federal de Brasília (IFB), o projeto poderia possibilitar aos estudantes que residissem mais próximo à instituição de ensino. O Conselheiro Renato Oliveira Ramos, CACI, acrescentou que a região será bastante valorizada devido ao reequilíbrio previsto para todo o local, a partir das novas obras que seriam feitas. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Júnior, Rodas da Paz, elogiou o projeto em razão da legalização do lote pertencente ao Instituto Federal de Brasília (IFB), que estava ocupado. Questionou o porquê de o Complexo Integrado de Reciclagem não ter sido

incorporado no projeto, visto que se localiza ao lado leste da região e que compunha uma grande interface com a localidade. Outro aspecto levantado foi sobre a humanidade e segurança da cidade, propondo, inclusive, que a área relativa ao SCIA fosse analisada considerando todas as questões ambientais, para fins de construção de novas moradias. Agregando a observação feita anteriormente com relação às ciclovias, pontuou sobre a necessidade de priorizar a mobilidade para o usuário das pessoas que precisavam se locomover naquela região e que o assunto deveria ser observado pela Secretaria de Transporte e Mobilidade (SEMOB). A respeito do último ponto levantado, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva esclareceu que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) tem um projeto, em prioridade, para promover a conexão da Estrutural com a Região do SCIA. Ademais, informou que o complexo estava inserido no projeto de desdobro do pátio ferroviário, que, inclusive, havia sido distribuído e estava sob a relatoria do Conselheiro Renato Oliveira Ramos, CACI. O Conselheiro Paulo Roberto de Moraes Muniz, CODESE/DF, lembrou que o setor já tinha um projeto de construção de uma ciclovia e que estava, em parte, executado. Com relação às residências, preocupou-se com as possíveis formas de se burlar a legislação e questionou quais eram as dimensões do lote e taxa de ocupação previstos. A Senhora Natália Oliveira de Freitas lhe informou que era a de 220m² para as construções maiores, onde eram permitidas duas residências, e os menores de 126m² e que a taxa de ocupação ficava em torno de 80%. Observando as informações prestadas, o Conselheiro Paulo Roberto de Moraes Muniz, CODESE/DF, arguiu que apesar dos limitadores da densidade habitacional, os lotes poderiam ser mais bem subdivididos para que coubessem quatro apartamentos nos lotes de 220m², a fim de atender a demanda popular de habitação e impedir a incidência do “me engana que eu gosto”. A Senhora Natália Oliveira de Freitas comentou que, ante à região ser de baixa densidade, foi uma maneira de realizar um controle para que a densidade populacional não fosse extrapolada. Complementando as informações, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva esclareceu que o limitador da densidade populacional estava previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e que a ampliação do índice incorreria na desaprovação do projeto. A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, efetuou algumas observações a respeito do projeto. Acreditou que densidade e altura impactavam diretamente o sistema viário e que existindo infraestrutura básica para efetuar o atendimento, o problema poderia ser resolvido. Pontuou ser mais importante a preocupação ambiental, especialmente aquela relativa à recarga de aquífero, à erosão e à declividade, em razão de nada adiantar deixar uma área de 25% livre se a mesma não possuir condições de proporcionar diversidade ao local. A Senhora Natália Oliveira de Freitas destacou que os Espaços Livres de Uso Público (ELUP), a princípio, eram áreas verdes dentro do parcelamento e que o projeto de drenagem estava em laboração. Informou que as faixas de serviço eram deixadas largas para que as calçadas conseguissem ser infiltradas e que os estacionamentos poderiam ser adaptados para uma melhor infiltração. O Conselheiro Pedro de Almeida Grilo, CAU/DF, discursou sobre a necessidade de se mudar o sistema de planejamento inteiramente ligado ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Pontuou sobre a importância de o bairro possuir mais densidade populacional, a partir do atendimento das demandas por drenagem e ciclovias e sugeriu que o projeto fosse aprovado com condicionantes, a fim de realizar uma tentativa de revisão intencional de densidade e execução de infraestrutura. A Senhora Natália Oliveira de Freitas informou que poderia ser feito um estudo para aumentar o número de lotes sem extrapolar a densidade populacional prevista para a região. A respeito da ciclovia, destacou que não seria um problema fazer uma inversão no projeto. Considerando as observações pontuadas, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva recomendou que a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) fizesse o estudo e o cálculo para possibilitar a elevação, ao menos no limite do que precificou o Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), da densidade para a região. O Conselheiro Dionyzio Antônio Martins Klavdianos, SINDUSCON/DF, sugeriu a revisão das “jamantas” no asfalto. A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, propôs a revisão da questão sobre a impermeabilização. Não havendo mais inscritos, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva ingressou em regime de votação para deliberar sobre o processo em epígrafe. Encerrada a votação, o Senhor Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva proclamou o resultado da aprovação do Processo nº: 0111-002055/2010, que trata da aprovação de Projeto de Urbanismo de Região Administrativa do SCIA e Estrutural (RA XXV), por 33 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, na forma do relato e voto da conselheira relatora, com as observações feitas quanto ao recálculo da densidade, reposicionamento da ciclovia e a impermeabilização da região. Como assunto extra pauta, o Senhor Secretário de Estado, Marcelo Vaz Meira da Silva, em razão das reclamações sobre os longos períodos de reunião, propôs a implementação de um sistema no qual o último processo a ser deliberado tenha início até às 11h00, e que, caso alguma deliberação não seja iniciada até esse horário, o processo seja colocado na pauta da reunião seguinte. Não havendo manifestações em sentido contrário, a proposta foi considerada aceita. Assim, o sistema será implantado a partir da próxima reunião do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Avançando ao subitem 5.3. Processo: 0111-002042/2004. Interessado: Universidade de Brasília – UNB. Assunto: Criação de lote destinado a Complexo de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na Rodovia DF – 480, sentido Gama/Brasília, onde está implantado o Campus da Universidade de Brasília – UnB, na Região Administrativa do Gama – RA II. Relator: Wilde Cardoso Gontijo Júnior – Rodas da Paz. Passando imediatamente ao relato, o Conselheiro Wilde Cardoso

Gontijo Júnior iniciou relatando que o processo tinha por finalidade a criação do lote 1 do Complexo de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na Rodovia DF-480, destinado ao Campus da Universidade de Brasília (UnB) e que fazia parte do Plano de Expansão da Universidade elaborado em 2004. Noticiou que, em 13 de setembro de 2006, por meio do Termo de Cessão de Uso a Título Precário emitido pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), foi destinada a área de 71,5488 hectares, localizada entre a rodovia DF-480, a estrada vicinal VC 361 e o Córrego Crispim, para a finalidade em questão. O primeiro projeto de parcelamento do solo para o lote foi elaborado em 2007, sendo registrado na URB-MDE 003/07 e no Memorial Descritivo MDE nº 0111-002042/2004. Contudo, em março de 2008, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) emitiu a Informação Técnica nº 38, relatando a existência de área de preservação permanente do campo de murundus dentro da área do lote proposto e sugerindo alterar sua localização para a parte norte. Em razão da existência da área de preservação permanente, recomendou que fosse definido e divulgado aos empreendedores dos lotes com áreas sobre o campo dos murundus, bem como aos órgãos públicos envolvidos, em articulação direta com os órgãos ambientais, a elaboração de um quadro com as coordenadas geográficas da poligonal do campo do murundu e sua área de entorno, conforme está graficamente expresso no MDE e na URB 197/2021. Pontuou sobre a necessidade de elaboração de rotas acessíveis para pedestres e ciclistas até o Campus da Universidade de Brasília (UnB), interligando o ponto de encontro da avenida mais próxima da área urbana do Gama com a DF-480, a estação do BRT, a área urbana do lado oeste da rodovia DF-480 e os pontos de ônibus, em ambas as margens da rodovia DF-480, assegurando que os acessos para pedestres ao Campus, tanto de pedestres quanto de ciclistas, atendessem às normas pertinentes para a acessibilidade universal no nível da rodovia. Outro aspecto pontuado foi sobre os procedimentos regulatórios, fiscalizatórios e administrativos a serem instituídos visando conter a degradação do Campo de Murundus em toda a sua extensão, considerando as diretrizes do novo MDE-197/2021 e da DIUPE 53/2022, com relação à licença ambiental e sobre a solicitação das diretrizes para o plano de ocupação do lote. Na sequência, efetuou a leitura do voto sendo favorável à aprovação do projeto URB 197/2021 (10804478) e do MDE-197/2021 (108045000), com as seguintes RECOMENDAÇÕES: "a) definir e divulgar aos empreendedores dos lotes com área sobre o campo de murundus e seu entorno, bem como aos órgãos públicos envolvidos, em articulação direta com os órgãos ambientais, quadro com as coordenadas geográficas da poligonal do campo de murundus e sua área de entorno, conforme já presente graficamente no MDE e no URB 197/2021; b) elaborar na SEDUH, os projetos executivos de rotas acessíveis para pedestres e ciclistas até o Campus da UnB, interligando o ponto de encontro da avenida mais próxima da área urbana do Gama com a DF-480, a estação do BRT, a área urbana do lado oeste da rodovia DF-480 e os pontos de ônibus, em ambas as margens da rodovia DF-480, assegurando que os acessos para pedestres ao lote do Campus, inclusive com travessia segura entre os pontos de ônibus próximos ao Campus, tanto de pedestres quanto de ciclistas, atendam às normas pertinentes para a acessibilidade universal e sejam, preferencialmente, propostos no nível da rodovia; c) solicitar manifestação da Secretaria de Meio Ambiente e do IBRAM sobre procedimentos regulatórios, fiscalizatórios e administrativos a serem implementados, visando conter a contínua degradação do Campo de Murundus em toda a sua extensão, considerando as diretrizes do novo MDE-197/2021 e da DIUPE 53/2022; d) tendo em vista que a Licença ambiental vence em agosto de 2023, que sua validade é imprescindível para o registro cartorial e que já houve diversas tentativas frustradas de registro desse lote, com o consequente retrabalho na edição de Decretos e apreciação deste Conselho, sugere-se, previamente à edição e publicação do Decreto que venha aprovar esta URB, oficializar a Terracap e à UnB questionando sobre as efetivas condições documentais para o registro cartorial dentro do prazo legal definido pela Lei Federal nº 6766, de 1979; e e) definir procedimento para a solicitação das diretrizes para o plano de ocupação do Lote pela UnB, a serem elaboradas pela SEDUH, considerando o que consta no MDE 197/2021 e na DIUPE 53/2022, de forma a garantir que, após o registro cartorial e em tempo adequado, sejam permitidas: 1) a edição das diretrizes finais para a elaboração do plano de ocupação; 2) a elaboração do próprio plano de ocupação pela UnB; 3) a análise e aprovação desse plano de ocupação pelo CONPLAN; e 4) a efetiva, legal e ambientalmente sustentável implantação do Campus universitário no Gama". Em seguida, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva sugeriu que as recomendações fossem destacadas do voto, a fim de que fossem deliberadas ou pela aprovação do voto da forma que está com o acatamento das recomendações ou somente pela aprovação do processo. O Conselheiro Marcus Vinicius Batista de Souza, FNE,

sentiu-se confortável em manifestar o seu voto favorável caso as recomendações do relator estejam dentro do voto, em razão da importância da intervenção ambiental na poligonal. Elogiou a qualidade do voto e destacou sobre a relevância e urgência das condicionantes, a fim de que o Colegiado não fosse conivente com os avanços em áreas de preservação permanente induzindo, assim, ao empreendedor incorrer em crime ambiental. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva esclareceu que o destaque das recomendações do voto não ensejaria prejuízo algum e que as recomendações, necessariamente, seriam observadas não somente no caso em tela, mas em todos os processos que envolviam tais peculiaridades. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Júnior, Rodas da Paz, solicitou aos conselheiros que aprovassem o voto como estava, com as recomendações, e que houvesse, por parte da Associação Rodas da Paz, a declaração de voto para que constasse na Ata, uma vez que o voto estaria acostado nos autos do processo, com o propósito de externalizar a declaração de voto da Associação Rodas da Paz. Não havendo mais inscritos, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva ingressou em regime de votação para deliberar sobre o processo em epígrafe sem a retirada das recomendações do voto. Encerrada a votação, o Senhor Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva proclamou o resultado da aprovação do Processo nº: 0111-002042/2004, que trata da criação do lote destinado ao Complexo de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na Rodovia DF – 480, sentido Gama/Brasília, onde está implantado o Campus da Universidade de Brasília (UnB), na Região Administrativa do Gama (RA II), por 31 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, na forma do relato e voto do conselheiro relator. Avançando ao item 6. Processo para distribuição: 6.1. Processo: 00390-00006439/2021-14. Interessado: Câmara dos Deputados. Assunto: Projeto de obra de modificação com acréscimo de área, para o edifício (Anexo III – Câmara dos Deputados) localizado na Praça dos Três Poderes, Área G. A relatoria do processo ficou sob a responsabilidade do Conselheiro Renato Oliveira Ramos, CACI. Avançou-se, assim, ao item 7. Assuntos Gerais. O Conselheiro Dionyzio Antônio Martins Klavdianos, SINDUSCON/DF, solicitou que fosse reforçada a necessidade de as reuniões começarem no horário marcado e sobre a importância do cronômetro para temporizar a fala dos conselheiros e conselheiras. Solicitou, ainda, o agendamento de uma reunião da Câmara Técnica do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), para que os membros tomassem ciência sobre o andamento dos trabalhos. A Senhora Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território (SEGESP), Janaina Domingos Vieira, informou que o cronograma estava sendo finalizado e que, assim que fosse fechada, a Câmara Técnica seria convocada para tomar ciência da apresentação final do planejamento. Desse modo, passou-se ao item 8. Encerramento: O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, noticiou que a próxima reunião será realizada no dia 06 de abril de 2023, às 9h00. Colocou o Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) à disposição de todos os membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), desejou a todos que tivessem um ótimo dia, encerrando, assim, a reunião.

TEREZA DA COSTA FERREIRA LODDER, Suplente - SEDUH; SOLISÂNGELA ROCHA DOS MONTES, Suplente - SECEC; THALES MENDES FERREIRA, Titular - SEDET; PEDRO PAULO BARBOSA GAMA, Suplente - SEAGRI; NEY FERRAZ JÚNIOR, Titular - SEPLAD; JANAÍNA DE OLIVEIRA CHAGAS, Suplente - SODF; AGACIEL DA SILVA MAIA, Titular - SERINS; VALTER CASIMIRO SILVEIRA, Titular - SEMOB; ANTONIO GUTEMBERG GOMES DE SOUZA, Titular - SEMA; RENATO OLIVEIRA RAMOS, Suplente - CACI; RÔNEY TANIOS NEMER, Titular - IBRAM; JOSÉ AIRTON LIRA, Suplente - DF LEGAL; MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO, Titular - IPEDF CODEPLAN; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente - TERRACAP; ROXANE DELGADO ALMEIDA, Suplente - CODHAB; VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA, Suplente - SEGOV; ERIKA DIAS, Suplente - SEPE; WILDE CARDOSO GONTIJO JÚNIOR, Suplente - RODAS DA PAZ; RUTH STEFANE COSTA LEITE, Titular - HABITECT; MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA, Titular - FAU/UnB; PEDRO DE ALMEIDA GRILO, Titular - CAU/DF; GUILHERME AMANCIO LOULY CAMPOS, Titular - CREA/DF; DIONYZIO ANTÔNIO MARTINS KLAVDIANOS, Titular - SINDUSCON/DF; CELESTINO FRACON JÚNIOR, Suplente - ADEMI/DF; HENRIQUE DO VALE ANDRADE, Titular - FECOMÉRCIO/DF; JULIA EMRICH BRENNER, Titular - SRDF; DELMA TAVARES MARIANI, Titular - PRECOMOR; DANIEL BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Suplente - UNICA/DF; MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA FUENTES, Titular - IAB/DF; MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA, Titular - FNE; ELIANE TORQUATO ALVES, Suplente - ASMIG; PAULO ROBERTO DE MORAIS MUNIZ, Titular - CODESE/DF; ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR, Titular - OAB/DF; JOSÉ LUIZ DINIZ JUNIOR, Suplente - FIBRA. MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, Presidente em exercício.